

Demonstrações Contábeis

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis... ..	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 5 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$49.545 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	418.178	152
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		12	1
Outros ativos		6	-
		418.196	153
Ativo não circulante			
Ativo contratual da concessão	5	49.545	18.271
		49.545	18.271
Total do ativo		467.741	18.424
Passivo circulante			
Fornecedores	7	25.817	423
Outros tributos a pagar		84	45
Outros passivos		1.008	162
		26.909	630
Passivo não circulante			
Debêntures	6	390.464	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	7.218	1.696
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	4.781	2.238
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.810
		402.463	11.744
Patrimônio líquido			
Capital social	10	24.142	2.542
Reservas de lucro	10	14.227	3.508
		38.369	6.050
Total do passivo e patrimônio líquido		467.741	18.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	11	28.731	13.464
Custo dos serviços prestados			
Custo de implantação de infraestrutura	12	(12.490)	(9.095)
Lucro bruto		16.241	4.369
Lucro operacional antes do resultado financeiro		16.241	4.369
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		16.241	4.369
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 13	(5.522)	(1.485)
Lucro líquido do exercício		10.719	2.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	10.719	2.884
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>10.719</u>	<u>2.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.732	7	135	-	1.874
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	482	482
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47		-	-	482	(482)	-
Aumento de capital		810	-	-	-	810
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.884	2.884
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal		-	145	-	(145)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	2.739	(2.739)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.542	152	3.356	-	6.050
Aumento de capital		21.600	-	-	-	21.600
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.719	10.719
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal		-	536	-	(536)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	10.183	(10.183)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10	24.142	688	13.539	-	38.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	16.241	4.369
Itens que não afetam as disponibilidades		
Juros e variação monetária	869	-
Contribuições e encargos regulatórios diferido	2.543	1.681
Outros Itens	802	-
	20.455	6.050
(Aumento) redução no ativo		
Ativo contratual da concessão	(31.274)	(15.007)
Impostos a recuperar	(11)	-
Outros ativos	(6)	-
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(11)	415
Tributos e contribuições sociais a recolher	39	(91)
Outros passivos	44	162
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(10.764)	(8.471)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	13.790	810
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.810
Debêntures captados	415.000	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamentos	428.790	8.620
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	418.026	149
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	152	3
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	418.178	152
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	418.026	149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (“ESTE”) foi constituída em 11/11/2016, com a finalidade de explorar serviços de transmissão de energia elétrica, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), notadamente o Contrato de Concessão nº 19/2017 correspondente ao Lote 22 do Leilão ANEEL nº 13/2015 - 2ª Etapa - Republicação, cujo investimento previsto pela ANEEL é de R\$485.841, com uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$101.020. Constitui ainda seu objeto social, participar de outras sociedades ou de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como estabelecer convênios, ajustes ou contratos de colaboração de assistência técnica, que visem à elaboração de estudos, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes a seu objeto, inclusive mediante remuneração. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala K - São Paulo - SP.

A ESTE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
19/2017	30	2047	112.263	IPCA	N/A

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ESTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ESTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Durante o exercício de 2019, a Companhia aprimorou as suas estimativas e, conseqüentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.760.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 9,8 %; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da ESTE revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a ESTE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.5. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ESTE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui demandas judiciais classificados como probabilidade de perda "provável", por isso, não contabilizou qualquer provisão e também não possui demandas judiciais classificadas como probabilidade de perda "possível".

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Tributação

3.7.1. Tributos sobre a receita

As receitas da ESTE estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da ESTE são calculados pelo regime de lucro real.

Diferidos

Impostos Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que vigentes na data do balanço.

3.8. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Reconhecimento da receita--Continuação

3.8.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.8.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.8.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE" registrados no passivo não circulante.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Reconhecimento da receita--Continuação

3.8.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

- A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.
- ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro;
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos.

3.10. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da ESTE, estão descritas a seguir. A ESTE pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material
- Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
- Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

4. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, a 96,60% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	2.472	152
Aplicações financeiras	415.706	-
Total de caixa e equivalentes	<u>418.178</u>	<u>152</u>

5. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ESTE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.951</u>
Adoção CPC 47	978
Receita de implantação de infraestrutura	15.342
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>18.271</u>
Receita de implantação de infraestrutura	31.274
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>49.545</u>
Ativo contratual da concessão - não circulante	49.545
Total circulante e não circulante	<u>49.545</u>

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ESTE considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Ativo contratual da concessão--Continuação

Movimentação do ativo contratual da concessão--Continuação

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. Debêntures

	2019	
	Não circulante Principal	Total
Debêntures 1ª emissão	390.464	390.464
	390.464	390.464

O saldo de principal da dívida de longo prazo encontra-se acrescido de juros e variação monetária incorridos até 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 869 e líquido de custos a amortizar no montante de R\$ 25.405.

- Debêntures 1ª emissão: Em dezembro de 2019, a ESTE emitiu debêntures, no valor de R\$ 415.000, com prazo de vigência de 25 anos.

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures da ESTE:

Financiadores/ credores	Data da Contratação	Vencimento	Condições contratadas				
			Principal contratado	Indexador	Taxa a.a. Juros (%)	Periodicidade da amortização	
						Principal	Encargos
Debêntures 1ª emissão	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,5%	Semestral	Semestral

A movimentação do saldo é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Ingresso de dívidas (líquido dos custos de transação)	389.595
Juros e variação monetária	869
Saldo em 31 de dezembro de 2019	390.464

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Debêntures e arrendamento mercantil--Continuação

O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures.

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

2021	(1.022)
2022	(1.022)
2023	(1.022)
2024	(1.022)
2025	6.884
Após 2025	<u>387.668</u>
	<u>390.464</u>

7. Fornecedores

Inclui obrigações com a aquisição de máquinas, equipamentos, materiais e serviços relacionadas a implantação do empreendimento no montante de R\$25.817 em 31 de dezembro de 2019 (R\$423 em 31 de dezembro de 2018).

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	2018	Reconhecido no resultado	2019
Passivo fiscal diferido			
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	1.696	(211)	1.485
IRPJ e CSLL diferidos	-	5.733	5.733
IRPJ e CSLL diferidos	<u>1.696</u>	<u>5.522</u>	<u>7.218</u>

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS e COFINS diferidos	4.583	1.690
Encargos regulatórios diferidos	198	548
	4.781	2.238
Passivo não circulante	4.781	2.238

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$24.142 (R\$2.542 em 31 de dezembro de 2018), representado por 24.141.895 ações ordinárias (24.491.894 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018), sem valor nominal

	Integralizadas Ordinárias	Quantidade de ações	
		% do capital	
		Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	24.141.894	100,00%	100,00%
Outros	1	0,00%	0,00%
	24.141.895	100,00%	100,00%

10.2. Reservas de lucro

10.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

10.2.2. Reserva de lucro retido

A companhia constituiu reserva de lucro retido em função desta estar em fase pré-operacional.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Patrimônio líquido--Continuação

10.3. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ESTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado. Em 2019, a Administração não propôs o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do Art. 202, da Lei 6404/76, levando em consideração para a decisão a atual condição financeira da companhia, uma vez que a mesma se encontra em fase pré-operacional. Desta forma, propôs a constituição para a reserva de retenção de lucro, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	10.719	2.884
Constituição da reserva legal	(536)	(145)
Base de cálculo de dividendos	10.183	2.739
Reserva de lucros retidos	(10.183)	(2.739)
Saldo de lucros acumulados	-	-

11. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta	31.274	15.342
Deduções da receita operacional	(2.543)	(1.878)
PIS	(516)	(253)
COFINS	(2.377)	(1.166)
Encargos regulatórios	350	(459)
Receita operacional líquida	28.731	13.464

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Custo de implantação de infraestrutura

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(2.702)	(712)
Material	(298)	(4.470)
Serviços de terceiros	(3.712)	(3.699)
Indenizações fundiárias	(5.043)	-
Outros	(735)	(214)
	<u>(12.490)</u>	<u>(9.095)</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados com base no regime de lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	16.241	4.369
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	<u>5.522</u>	1.485
IFRS 15 O&M e pis- cofins-rgr+taxa	(4.354)	(1.169)
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	<u>(1.168)</u>	(316)
	-	-
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	<u>5.522</u>	1.485
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>5.522</u>	<u>1.485</u>
Taxa efetiva	34%	34%

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a ESTE não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.

Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A ESTE utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ESTE classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber da concessão (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como nível I.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ESTE pode ser assim identificados:

Risco de crédito - A ESTE mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ESTE mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;

Risco de preço - As receitas da ESTE, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;

Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de debêntures da ESTE estão vinculados a variação do CDI;

Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da ESTE é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da ESTE não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

15. Benefícios a empregados

A ESTE oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida

16. Compromissos assumidos

A ESTE mantém contrato com diversos fornecedores no montante de R\$227.167 para implantação do projeto básico.